

MIN. DESENV. AGRARIO-ADMINISTRACAO DIRETA

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 55000.014264/2025-07

2. Descrição da necessidade

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar a solução mais adequada para atender às necessidades de deslocamento dos servidores, por meio da utilização de veículos compatíveis com condições de tráfego em vias pavimentadas e não pavimentadas.

2.2. Apesar da existência de veículos em algumas unidades, constata-se que, além da quantidade insuficiente para atender à totalidade da demanda, grande parte da frota encontra-se em condições inadequadas de uso. Alguns desses veículos, inclusive, não estão contemplados por contratos vigentes de manutenção, o que agrava a deterioração e compromete sua disponibilidade e segurança.

2.3. Essa realidade tem prejudicado significativamente a eficiência e a eficácia das atividades desempenhadas pelas Superintendências, especialmente aquelas que demandam deslocamentos a campo. A precariedade dos veículos impacta diretamente na capacidade operacional, ocasionando aumento do tempo necessário para a execução das tarefas e comprometendo a qualidade dos serviços prestados.

2.4. Diante desse cenário, o presente estudo entra como medida essencial para assegurar o suporte logístico às unidades descentralizadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, especialmente nas viagens e visitas técnicas realizadas com frequência.

2.5. Atualmente, diante da indisponibilidade de veículos em condições ideais de uso, os servidores tem utilizado veículos antigos e desgastados para dar cumprimento às demandas de campo, essas situações geram diversas consequências negativas entre as quais se destacam:

- **Aumento do risco de acidentes e falhas mecânicas**, comprometendo a segurança dos servidores.
- **Atrasos no cumprimento das agendas de trabalho em campo**, prejudicando a execução das políticas públicas.
- **Desgaste físico e emocional dos servidores**, decorrente de viagens longas em veículos desconfortáveis e inseguros.
- **Comprometimento da imagem institucional**, com impacto negativo na percepção de eficiência e zelo pela administração pública.
- **Impossibilidade de acesso a áreas de difícil locomoção**, especialmente em regiões com estradas não pavimentadas ou em condições climáticas adversas.

2.6. Diante disso, o estudo se faz necessário para a substituição à frota atual para promover maior segurança, eficiência e qualidade no desempenho das funções institucionais.

2.7. No caso específico dos veículos destinados às Superintendências Federais de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SFDAs) dos estados do Nordeste e de Minas Gerais, destaca-se que a aquisição será realizada com recursos orçamentários do MDA, complementados por aporte do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Trata-se de uma iniciativa de cooperação internacional que apoia o fortalecimento institucional do MDA para execução de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, redução das desigualdades sociais e melhoria das condições de vida das populações rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2.8. A utilização de parte dos recursos do PDHC/FIDA para a aquisição dos veículos reforça o compromisso do MDA com a boa governança e a adequada aplicação dos recursos disponibilizados por organismos internacionais. Ressalta-se que os veículos adquiridos serão de uso institucional, permanecendo sob propriedade e gestão do MDA, e serão empregados para garantir a presença institucional nos territórios atendidos, fortalecendo a capacidade de acompanhamento técnico, supervisão e apoio direto às ações implementadas junto às famílias beneficiárias do projeto.

2.9. Assim, a presente iniciativa consolida a parceria entre o Governo Federal e o FIDA, reafirmando a importância da cooperação internacional como vetor de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável no Brasil.

2.10. O detalhamento da situação atual da frota e a conclusão quanto ao modelo de atendimento mais vantajoso serão objeto de aprofundamento no presente Estudo Técnico Preliminar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão, Articulação e Monitoramento - SUPEN	LOUISE GABRIELLA CLEMENTE MONTALVÃO NERI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de contratação para atender as necessidades das Superintendências do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

4.2. Visando o atendimento das necessidades da contratação, foi definido os requisitos a serem atendidos:

4.2.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS

4.2.2. Picape de cabine dupla, modelo comum de mercado, que priorize uma carroceria com maior espaço para o transporte de cargas ou equipamentos de maior porte. É necessário o cumprimento de todos os requisitos previstos no item 6 do presente Estudo Técnico Preliminar.

4.2.3. Os veículos deverão atender às normas técnicas e legislações de trânsito vigentes, independentemente de transcrição no Edital.

4.2.4. Os veículos deverão ser zero quilômetro, isto é, não poderão ter recebido registro anterior em nome de outro proprietário, e o ano de fabricação deverá ser do ano corrente da licitação ou anterior a este.

4.2.5. Possuir modificações necessárias nos equipamentos e acessórios dos veículos para atender às exigências do CONTRATANTE, desde que sejam mantidas as garantias do fabricante;

4.3. Garantia, manutenção e assistência técnica:

4.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeita condição de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante.

4.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas do veículo.

4.3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia, deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do veículo.

4.3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do veículo das dependências da Administração pelo Contratado ou Assistência Técnica autorizada.

4.3.7. Os veículos devem ser emplacados e devidamente licenciados.

4.3.8. Os veículos deverão conter, de forma visível, adesivo de identificação do órgão contratante, conforme o modelo especificado abaixo e as regras constantes no Anexo VI, da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.

MDA

**GOVERNO FEDERAL
PODER EXECUTIVO**

USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO

4.3.9. Os veículos pertencentes ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar que serão entregues nos estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e em Minas Gerais deverão conter os adesivos, também, do Projeto Dom Hélder Câmara e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA), conforme modelos abaixo:



Investindo nas populações rurais



4.3.10. Os adesivos deverão ser resistentes à água, raios UV, variações climáticas e lavagem automotiva.

4.3.11. A Administração definirá a plotagem quando a demanda for acionada.

4.3.12. A plotagem dos veículos deverá seguir o Manual de Uso da Marca do Governo Federal.

4.4. **Regime de Execução:** Preço Unitário

4.5. **Prazo de vigência:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Contrato.

4.6. **Requisitos de Entrega:**

4.6.1. Os veículos deverão ser entregues num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

4.7. **LOCAIS DE ENTREGA:**

Endereço: SBN QD 01 Bloco D - Edifício Palácio do Desenvolvimento - Asa Norte, DF, 70057-900

Endereço: Rua Santa Inês, nº 135 - Bairro Aviário - Rio Branco, AC, 69.900-878

Endereço: Av. Fernandes Lima, 72, Bairro Farol - Maceió, AL, 57050-900

Endereço: Av. André Araújo, 901 - Aleixo - Manaus, AM, 69.060-001

Endereço: Rua Tiradentes, 469, Bairro Central - Macapá, AP, 68.906-380

Endereço: Largo dos Aflitos s/nº, Edifício Ceres Salvador/BA CEP: 40.060-030

Endereço: Av. Américo Barreira, 4700 - Bairro Bela Vista - Fortaleza, CE, 60.442-800

Endereço: Avenida Senador Robert Kennedy, nº 601 - São Torquato - Vila Velha, ES, 29.114-300

Endereço: Av. Meia Ponte Nº 2748 - Setor Santa Genoveva - Goiânia, GO, 74670- 400

Endereço: Rua H, Quadra E, Lote 01, Nº 12 - Bairro Turu - São Luís, MA, 65067-150

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 245, Cidade Jardim Belo Horizonte, MG, 30.380-103

Endereço: Rua Jornalista Belizário Lima, nº 263, bairro Vila Glória - Campo Grande, MS, 79004-270

Endereço: Alameda Dr. Annibal Molina s/nº, Ponte Nova - Várzea Grande, MT, 78.115-901

Endereço: Avenida Júlio Cesar, 7060, Val-de-Cans 66617-420 – Belém – PA

Endereço: Av. Desportista Aurélio Rocha, n.º 592 - Bairro dos Estados - João Pessoa, PB, 58.031-000

Endereço: Av. Conselheiro Rosa e Silva, 950 - Bairro dos Aflitos - Recife, PE, 52.050-020

Endereço: Rua Taumaturgo de Azevedo, 2315 - Teresina, PI, 64.001-340

Endereço: Rua Emiliano Pernetá, 10. 14º andar Curitiba/PR – CEP: 80010-050

Endereço: Av. Rodrigues Alves, 129 – Centro, sala 1103 Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.081-250

Endereço: Rua Doutor Nilo Bezerra Ramalho, nº 489, bairro Tirol. Estado: RN CEP: 59.015-300

Endereço: Av. Lauro Sodré, nº 3050 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho, RO, 76.803-488

Endereço: Avenida Santos Dumont, 594, - Bairro São Pedro - Boa Vista - Roraima CEP: 69306-28

Endereço: Av. Loureiro da Silva, 445, 10º andar, sala 1048 - Porto Alegre, RS, 90.013-900

Endereço: Av. Acioni Souza Filho, s/n - Praia Comprida - São José, SC, 88103-790

Endereço: Av. Dr. Carlos Firpo 428 - Centro Aracaju/SE – CEP: 49.065-310

Endereço: Rua Dr. Brasília Machado, 203 - Santa Cecília - São Paulo, SP, 01230-906

Endereço: Quadra 601 Sul - Av. J. Teotônio Segurado - Conj. 01 - Lote 02 - Palmas, TO, 77016-330

4.7.1. A entrega deverá ser realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do órgão, das 8h às 17h.

4.7.2. Por se tratar de aquisição de bens comuns, serão contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, e serão exigidos documentos que comprovem a qualificação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira da empresa para prestar fornecimento do bem.

4.7.3. Os locais de entrega dos veículos, com indicação de endereço completo e CEP, serão informados no ato da efetiva contratação por parte dos órgãos participantes da Ata de Registro de Preços (ARP). Ressalta-se, todavia, que a minuta da ARP já apresenta a relação das cidades de destino previstas, possibilitando ao licitante a devida programação logística e operacional para atendimento das demandas.

4.8. **Requisitos Legais:** A demanda apresentada deve estar em conformidade com a legislação federal e normas internas apresentadas a seguir: I. Decreto-Lei 200/67: Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; II. Lei nº 14.133/2021 e demais legislação vigente acerca de pregão eletrônico;

4.9. **Requisitos da contratação:**

4.9.1. **Exclusividade/Benefício ME/EPP:** em razão do valor do item da licitação superar os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) definidos no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigo 6º do Decreto 8.538/2015, atualizado pelo Decreto Nº 10.273/2020, o benefício de exclusividade para participação de microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não poderá ser aplicado. Entretanto, serão adotados os critérios de preferências previstas no Decreto 8.538/2015.

4.9.2. **Tratamento favorecido:** Serão adotados os critérios de preferências previstas no Decreto 8.538/2015.

4.9.3. Participação de Consórcios e Cooperativas: A participação de consórcios e cooperativas será vedada nesta contratação em razão da natureza da contratação exigir a responsabilização direta e individual da contratada quanto à emissão de nota fiscal própria, à garantia e à entrega conforme os padrões exigidos.

4.9.3.1. Entende-se que a natureza do objeto é incompatível com o modelo operacional de cooperativas, voltado à prestação de serviços por meio da força de trabalho de cooperados, e com a estrutura de consórcios, cuja divisão de responsabilidades pode dificultar o controle da execução contratual.

4.10. Requisitos de Sustentabilidade: É atribuição da Administração Pública, primar pela responsabilidade ambiental e o atendimento aos critérios de sustentabilidade em suas contratações, de forma a contribuir para o equilíbrio dos ecossistemas e sua capacidade de absorção e recomposição dos recursos naturais. Implementar o disposto na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão e os aspectos definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU/2023, devendo ser observado os critérios de sustentabilidade ambiental, visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber.

4.11. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável biodiesel, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.12. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.13. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações superveniente.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base na pesquisa realizada sobre o panorama do mercado na internet, as soluções adotadas pela Administração Pública para o objeto do presente estudo são:

Solução 1: Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros (MobGov):

- A plataforma opera de forma mais eficiente em centros urbanos, com alta densidade de motoristas parceiros, o que não contempla trajetos em regiões rurais, remotas ou de difícil acesso, que são comuns nas operações do órgão
- A indisponibilidade de motoristas cadastrados em localidades afastadas pode comprometer a continuidade das atividades, gerando atrasos e insegurança para os servidores
- A natureza da operação exige que o veículo permaneça à disposição da equipe por longos períodos ou em localidades sem conectividade, o que inviabiliza o uso de aplicativos dependentes de chamada via internet em tempo real.

Solução 2: Locação de Veículos:

- O estudo da contratação teve início com o Processo SEI nº 55000.010122/2024-81, inicialmente com a proposta de adoção da solução de “locação de veículos”. No entanto, ao longo da análise técnica e da avaliação de viabilidade, concluiu-se que essa alternativa não atende de forma satisfatória às necessidades operacionais do órgão.
- A locação, apesar de apresentar vantagens como manutenção inclusa, revelou-se menos vantajosa no médio e longo prazo pelo alto valor orçamentário, especialmente diante da demanda contínua por veículos em regiões de difícil acesso e da necessidade de disponibilidade integral dos automóveis.
- Dessa forma, foi reavaliada a solução inicialmente proposta, concluindo-se que a locação de veículos é viável, mas não atende de forma satisfatória às necessidades operacionais do órgão.

Solução 3: Aquisição de Veículos:

- A aquisição de veículos consiste na incorporação dos bens ao patrimônio do órgão, por meio de licitação específica, permitindo à Administração Pública o pleno domínio, uso e controle da frota.
- Trata-se de uma solução que pode ser vantajosa, especialmente quando há demanda contínua e prolongada de uso dos veículos, como é o caso das atividades operacionais desempenhadas, em regiões de difícil acesso, rurais ou com infraestrutura precária.
- Dentre os principais benefícios potenciais dessa alternativa, destacam-se:
 - Autonomia e disponibilidade integral;
 - Maior adequação técnica;
 - Viabilidade econômica no longo prazo; e

- Controle patrimonial e menor risco de descontinuidade.

Solução 4: Compartilhamento com outro órgão:

- Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) conta com 27 Superintendências que, em diversos casos, já compartilham veículos com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). No entanto, essa estratégia tem se mostrado insuficiente para atender à demanda operacional do MDA, sobretudo diante do crescimento das ações finalísticas e da ampliação da atuação territorial.
- A limitação na disponibilidade de veículos compartilhados compromete a autonomia das equipes, gera gargalos logísticos e pode acarretar atrasos na execução de atividades essenciais. Diante disso, a alternativa de compartilhamento é considerada inviável, pois não assegura o atendimento contínuo e eficiente das necessidades do Ministério, tampouco garante a disponibilidade de veículos em tempo integral nas regiões de atuação.

Solução 5: Análise de Pesquisa de Mercado – Inviabilidade de Utilização de Ata Existente

- Durante a pesquisa de mercado, foi identificada a Ata de Registro de Preços nº 2/2025, publicada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), referente à contratação de veículos similares. Contudo, após análise minuciosa do documento, verificou-se que o item registrado na referida ata não atende integralmente às especificações técnicas requeridas pelo MDA.
- As características do veículo disponibilizado na ata do ICMBio divergem em aspectos essenciais às necessidades operacionais deste Ministério, como a recursos de tração.
- Dessa forma, conclui-se que a adesão à ata em questão não é viável, uma vez que comprometeria a plena execução das atividades de campo do MDA, especialmente em regiões rurais e de difícil acesso. A contratação por meio de nova licitação, com especificações ajustadas à realidade do órgão, mostra-se necessária para garantir a eficácia e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

5.2. Escolha da Solução: Solução 3 - Aquisição de Veículos

5.2.1. Motivos da escolha:

5.2.1.1. Após análise comparativa entre as alternativas disponíveis — como locação, compartilhamento com outros órgãos, uso de plataformas de transporte (MobGov) e adesão a atas vigentes — concluiu-se que a aquisição de veículos é a solução mais adequada para atender às necessidades do Ministério.

5.2.1.2. Os principais fatores que fundamentam essa escolha são:

- Demanda contínua e prolongada;
- Autonomia e disponibilidade integral;
- Viabilidade econômica no longo prazo;
- Especificações técnicas personalizadas;
- Risco reduzido de descontinuidade;
- Economia e controle patrimonial;

5.3. Como mostrou-se viável a aquisição, e que é mais vantajosa do que as outras alternativa, será adotado o **Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no Decreto 11.462/23, art. 3º, inciso III**, pelas vantagens operacionais, econômicas e estratégicas que esse modelo oferece, especialmente quando se trata da aquisição de bens padronizados e com entrega descentralizada.

5.4. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

5.4.1. **Planejamento e racionalização da aquisição:** viabiliza a realização de uma única licitação para atender várias unidades, promovendo maior controle, padronização e economia de recursos administrativos.

5.4.2. **Flexibilidade na contratação:** permite aquisições conforme a demanda efetiva, respeitada a vigência da ata e a disponibilidade orçamentária, evitando aquisições desnecessárias ou com baixa utilização.

5.4.3. **Economia de escala:** a contratação conjunta de maior quantidade tende a reduzir o preço unitário dos veículos, proporcionando **ganhos financeiros** à Administração Pública.

5.4. Diante dessas vantagens, a adoção do SRP mostra-se **a estratégia mais adequada** para a contratação pretendida, em conformidade com o disposto no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**

5.5. Quando da formalização da **Ata de Registro de Preços** será admitida a adesão, desde que atendido os requisitos e quantidades disponíveis para adesão.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto desta contratação é a aquisição de 27 (vinte e sete) veículos Picape Cabine Dupla devidamente emplacados, licenciados e com adesivo de identificação do órgão. Os veículos novos a serem adquiridos devem ser conforme especificações, quantificações e detalhamentos constantes no edital e seus anexos, modelo aprovado com todos os itens de séries exigidos pelo Contran, com garantia contra defeitos de fábrica não inferior a (3) anos.

6.2. As entregas serão nos endereços constantes no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

6.3. A contratante, mediante aceitação da contratada, poderá alterar os locais de entrega previstos, de acordo com as necessidades da Administração, mantido os valores das propostas.

6.4. Das especificações dos veículos:

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO
1	Picape Cabine Dupla
<div>1. MOTOR</div> <div>1.1. Potência: A partir de 200cv.</div> <div>2. COMBUSTÍVEL:</div> <div>2.1. Diesel.</div> <div>3. CÂMBIO:</div> <div>3.1. Automática.</div> <div>4. TRAÇÃO:</div> <div>4.1. 4x4.</div> <div>5. DIREÇÃO:</div> <div>5.1. Hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica.</div> <div>6. CARACTERÍSTICAS:</div> <div>6.1. Montado sob estrutura de chassi tipo longarina COM CARROCERIA EM AÇO E PROTETOR DE CAÇAMBA;</div> <div>6.2. Cabine dupla, com 4 portas;</div> <div>6.3. Rodas e estepe de 16" em aço com pneus para todos os terrenos;</div> <div>6.4. Controles de tração e estabilidade e freios com sistema ABS e EBD;</div> <div>6.5. Volante com regulagem de altura e profundidade</div> <div>6.6. Bancos em couro;</div> <div>6.7. Ar condicionado;</div> <div>6.8. Kit multimídia integrado ao painel do veículo, com entrada USB, bluetooth, rádio AM/FM;</div> <div>6.9. Retrovisores externos com acionamento elétrico;</div> <div>6.10. Portas com vidros e travas elétricas com sistema de telecomando na chave principal do veículo;</div> <div>6.11. Alarme de segurança integrado ao sistema de telecomando na chave do veículo;</div> <div>6.12. Películas com controle de raios UV instaladas em todos os vidros;</div> <div>6.13. Jogo de tapetes de borracha;</div> <div>6.14. Estribos laterais em aço na cor preta;</div>	

6.15. Protetores de motor, cárter e diferencial em aço;
6.16. Santo Antônio com guarda-corpo na lateral;
6.17. Farol de neblina;
6.18. Sensor de estacionamento;
6.19. Para-choque de impulsão (quebra-mato) dianteiro com proteção gradeada dos faróis;
6.20. Guincho frontal elétrico com capacidade de tração de 5.400kg, engrenagens planetárias, cabo de kevlar de 20m, controle remoto, motor com selo de classificação IP68, freio de retenção de carga, acompanhado de kit de resgate com 2 anilhas, 1 patesca, 2 cintas, 1 par de luvas de vaqueta e 1 bolsa de transporte;
6.21. Engate traseiro tipo bola.
7. PINTURA:
7.1. Cor: branca.
7.2. Para-choques e retrovisores na mesma cor do veículo.
8. GARANTIA:
8.1. Prazo: 3 (três) anos ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

6.4.1. Picape de cabine dupla, modelo comum de mercado, que priorize uma carroceria com maior espaço para o transporte de cargas ou equipamentos de maior porte. É necessário o cumprimento de todos os requisitos previstos.

6.4.2. Os veículos deverão atender às normas técnicas e legislações de trânsito vigentes, independentemente de transcrição no Edital.

6.4.3. Os veículos deverão ser zero quilômetro, isto é, não poderão ter recebido registro anterior em nome de outro proprietário, e o ano de fabricação deverá ser do ano corrente da licitação ou anterior a este.

6.4.4. Possuir modificações necessárias nos equipamentos e acessórios dos veículos para atender às exigências do CONTRATANTE, desde que sejam mantidas as garantias do fabricante;

6.4.5. Os veículos devem ser emplacados e devidamente licenciados.

6.4.6. Os veículos deverão conter, de forma visível, adesivo de identificação do órgão contratante, conforme o modelo especificado no anexo do edital.

6.4.7. Os adesivos deverão estar em conformidade com o padrão e as especificações técnicas definidas no anexo do Edital.

6.4.8. Os adesivos deverão ser resistentes à água, raios UV, variações climáticas e lavagem automotiva.

6.4.9. O objeto não se enquadra como bem de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021).

6.5. Da Garantia

6.5.1. A garantia mínima para cobertura contra defeitos de fabricação é 3 (três) anos, contados a partir do Recebimento Definitivo dos veículos.

6.5.2. O prazo mínimo da garantia teve como premissa o que a maioria das montadoras oferece como garantia. No entanto, caso o veículo em questão seja ofertado com um prazo de garantia superior, prevalecerá o período estipulado pelo fabricante.

6.5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

6.5.4. A garantia abrangerá a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio CONTRATADO, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.5.8. O veículo que apresentar defeito de fabricação durante a garantia, será encaminhado para a concessionária e essa terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço para sanar o defeito, caso o problema não seja solucionado, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ou seja, a partir do primeiro evento não solucionado no prazo legal o MDA solicitará a troca do veículo.

6.5.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, durante o prazo de substituição a que se refere o item anterior, outro veículo com iguais características.

6.5.10. Caso os prazos de que tratam os itens anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

6.5.11. O veículo deverá vir acompanhado do manual, em português e conter todas as informações necessárias à sua utilização e operação dos equipamentos e acessórios.

6.5.12. Dentro do prazo de garantia dos veículos, as manutenções e serviços deverão ser realizados na rede credenciada autorizada, afim de manter a garantia e o bom funcionamento dos veículos.

6.5.13. O LICENCIAMENTO deverá ser realizado o procedimento primeira licença no DETRAN do estado que o carro será entregue, na categoria de veículo “oficial”, sendo obrigação da contratada o pagamento das taxas de primeira licença e confecção das placas.

6.5.14. Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados no DETRAN, emplacados como veículo oficial nos respectivos estados da federação onde serão entregues, e com o Documento Único de Transferência – DUT, Certificado de Licenciamento de Veículos – CRLV, taxas de emplacamento, Seguro Obrigatório – DPVAT e Licenciamento de veículo quitados, às expensas da Contratada.

6.5.15. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais

6.5.16. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em virtude de já existir no mercado padronização, sendo amplamente passível de ser entregue por empresas especializadas em todo o território nacional.

6.6. Prazo de Entrega:

6.6.1. 120 (cento e vinte) dias corridos.

6.7. Das exigências de qualificação técnica e econômica:

6.7.1. A contratação envolve a aquisição de 27 veículos automotores do tipo Picape, a Administração entende ser essencial a exigência de comprovação de qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021 (arts. 67 ao 70), para assegurar a entrega do objeto com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

6.7.2. A qualificação-técnica visa garantir que a empresa contratada possua experiência prévia na comercialização e entrega de veículos automotores, em grande quantidade, com características semelhantes.

6.7.3. A qualificação econômico-financeira tem por objeto avaliar a saúde financeira da empresa licitante.

6.7.4. A presente exigência se fundamenta:

I) **Art. 67 e seguintes da Lei nº 14.133/2021** – permitem a exigência de qualificação técnica e econômico-financeira, desde que proporcionais ao objeto contratado; e

II) **Princípios da eficiência, economicidade e interesse público**, que orientam a contratação pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de veículos previsto visa atender às demandas das 27 Superintendências do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A estimativa de 27 unidades do item “Picape Cabine Dupla 4x4” (CATMAT 611520) decorre de levantamento interno de necessidades operacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Descrição	CATMAT	Quantidade
Picape Cabine Dupla	611520	27

7.2. Necessidade mínima por unidade

7.2.1. Cada Superintendência necessita, no mínimo, de 1 veículo disponível de forma integral, o que não é garantido com a frota atual, devido à indisponibilidade e ao estado avançado de desgaste de muitos dos veículos existentes.

7.3. Quantidades a serem contratadas

7.3.1. Considerando o Planejamento Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - 2025, que estabelece como diretrizes centrais o fortalecimento institucional, a ampliação da capilaridade das ações e a descentralização das políticas públicas, torna-se necessário justificar a aquisição de 27 caminhonetes.

7.3.2. O documento estratégico define, como objetivo interno, a estruturação e consolidação institucional do MDA, com foco na efetividade das políticas públicas, na valorização das pessoas, na inovação da gestão e na atuação integrada com entidades vinculadas e unidades descentralizadas. Entre as medidas previstas, destaca-se o fortalecimento das Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário nos Estados, assegurando recursos humanos, financeiros e operacionais, condição indispensável para a execução eficiente das metas estabelecidas para 2025/2026.

7.3.3. O MDA executa programas que exigem atuação territorial ampla e contínua, tais como:

7.3.3.1. Apoio à agricultura familiar, agroecologia e transição agroecológica;

7.3.3.2. Regularização fundiária e reforma agrária;

7.3.3.3. Comercialização e abastecimento alimentar;

7.3.3.4. Inclusão produtiva, etnodesenvolvimento e promoção do bem-viver nos territórios rurais.

7.3.3. Tais ações demandam presença física em regiões rurais, assentamentos, comunidades tradicionais e biomas diversos, frequentemente distantes e de difícil acesso. Embora o órgão possua frota própria, a maior parte dos veículos foi recebida por meio de doações, são antigos e encontram-se em condições precárias, o que compromete a eficiência e a segurança operacional. Além disso, está prevista a contratação de serviço de gerenciamento de frota, visando otimizar o uso, manutenção e controle dos veículos. Nesse contexto, a ampliação da frota para 27 unidades torna-se fundamental para garantir a cobertura territorial e a efetividade das políticas públicas.

7.3.4. Ademais, os princípios institucionais de inclusão, equidade, justiça social e sustentabilidade, expressos no Planejamento Estratégico, reforçam a necessidade de garantir presença e acompanhamento direto das equipes em campo, o que exige logística adequada e disponibilidade de veículos em número suficiente.

7.3.5. Assim, garantindo a segurança dos servidores, os veículos serão distribuídos da seguinte forma:

Local	Quantidade
Acre	1
Alagoas	1
Amapá	1
Amazonas	1
Bahia	1
Ceará	1
Espírito Santo	1
Goiás	1
Maranhão	1
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	1
Pará	1
Paraíba	1
Paraná	1
Pernambuco	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1

Rio Grande do Sul	1
Rondônia	1
Roraima	1
Santa Catarina	1
São Paulo	1
Sergipe	1
Tocantins	1
Distrito Federal	1

7.2.2. A formalização da ata com 27 unidades tem por objetivo permitir, de acordo com a disponibilidade orçamentária futura, a renovação gradual da frota, prevendo-se a substituição de, no máximo, dois veículos por Superintendência.

7.3. Base técnica da estimativa

7.3.1. Total de veículos cadastrados no SIADS: 53 unidades, entre diversos modelos e tipos, distribuídos nas 27 Superintendências, conforme quadro a seguir

Tipo	Quantidade
Caminhonete	37
Carro Passeio	14
Ônibus	2

7.3.2. Grande parte da frota tem ano de fabricação entre 2004 e 2013, somando o total de 37 caminhonetes, portanto com mais de 10 anos de uso, especialmente crítica para veículos de uso intenso em áreas rurais;

7.3.3. Muitos desses veículos apresentam depreciação técnica e econômica avançada, com valor patrimonial residual muito baixo e alta incidência de manutenção corretiva;

7.3.4. Esses fatores comprometem a segurança dos servidores, a disponibilidade logística e a eficiência na execução das atividades de campo.

7.4. Critério objetivo da estimativa:

7.4.1. A estimativa de 27 novas unidades baseia-se em:

- a) Substituição de veículos obsoletos: Grande parte da frota se encontram em condição crítica de uso, superando a vida útil técnica estimada para esse tipo de bem (entre 5 e 10 anos);
- b) Cobertura territorial mínima: necessidade de garantir autonomia de deslocamento para cada Superintendência, com veículo próprio, tração 4x4, adequado a terrenos irregulares e não pavimentados.

7.4.2. Dessa forma, a previsão de aquisição de até 27 unidades de picapes cabine dupla justifica-se como medida essencial à composição de uma frota mínima, operacionalmente segura e adequada às necessidades institucionais do MDA. A medida visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, otimizar a logística de atuação territorial e garantir o atendimento equitativo às Superintendências, respeitando princípios da eficiência, economicidade e segurança operacional.

7.4.3. Registra-se a inexistência de histórico de aquisições anteriores, uma vez que o MDA foi recriado em 2023 e sua frota atual é composta por veículos recebidos por doação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.334.693,73

Item: 1

Descrição: Picape Cabine Dupla

CATMAT: 611520

Mídia Especializada	
RAM RAMPAGE REBEL	S10 WT AT
R\$ 260.990,00	R\$ 282.790,00

Contratos Públicos		
TRT 16ª CTT 30/2025	PCSP CTT 4/2025-DT	CPRM CTT 133/2025
R\$ 277.000,00	R\$ 264.000,00	R\$ 280.000,00

ComprasGov
R\$ 265.151,94

8.1. . A Administração utilizou o seguinte método estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; (grifo nosso)

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; (grifo nosso)

(...)

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

(...)

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a **média**, a **mediana** ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. **(grifo nosso)**

(...)

8.2. Após a realização da pesquisa de mercado, a equipe de planejamento encontrou os valores médios aritméticos com a finalidade de compor os preços aceitáveis para a aquisição de veículos.

8.3. A pesquisa de preços padronizada pela Instrução Normativa encontra em seu bojo o fito de projetar economia aos gastos públicos, reduzindo assim o gargalo das contratações superestimadas. Nesse sentido, é essencial que a pesquisa de preços obedeça ao regramento em questão para que a estimativa de preços não se distancie da realidade de mercado.

8.4. Obteve-se a média dos valores encontrados na pesquisa de preços, exceto os manifestamente discrepantes.

8.5. Administração adotou os valores médios aritméticos obtidos na pesquisa de preços como referência para a fixação dos valores unitários máximos aceitáveis. A pesquisa foi realizada com base nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, de forma a assegurar que os valores estimados refletissem as condições de mercado e estivessem alinhados às reais necessidades do objeto a ser contratado.

8.6. A Nota Técnica constante na Pesquisa de Preços - GOV (SEI, nº 45030370), apresenta de forma detalhada a metodologia e os elementos considerados na composição dos preços estimados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução deve ser a regra, de modo que a licitação seja realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. Entretanto, por se tratar de um único item, não há parcelamento de solução nessa aquisição.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Das contratações Correlatas e Interdependentes:

10.1.1. Seguros de veículos oficiais: Seguro contra roubo, colisão, danos a terceiros.

10.1.2. Gestão de frota: Controle de quilometragem, abastecimento, manutenção, sinistros e ordens de serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. **Objetivo da Contratação:** Aquisição de veículos para atender às demandas das Superintendências do MDA.

11.2. **Plano de Contratação Anual - PCA:** A contratação foi devidamente autorizada (SEI nº 44053326) e incluída no plano de trabalho do órgão, garantindo a sua legitimação e regularidade.

11.2.1. A não inclusão no PCA no exercício anterior não compromete a legalidade ou a validade da contratação, pois a necessidade foi devidamente justificada e documentada, a contratação segue os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis e por conta da autorização para a contratação ter sido obtida junto à autoridade competente.

11.2.2. Destacamos que a ausência de inclusão no plano anual não implica em descumprimento das normativas vigentes. A contratação será realizada conforme os trâmites legais e regulamentares aplicáveis, assegurando a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e da sustentabilidade ambiental.

11.3. **Planejamento Estratégico:** A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicos, relacionada aos processos de suporte as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico.

11.4. **Plano de Logística Sustentável - PLS:** No que se refere ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), cumpre esclarecer que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) se encontra em processo de elaboração do seu PLS institucional, em virtude de sua recente reestruturação administrativa. Entretanto, destaca-se que, enquanto o referido plano não é finalizado e formalizado, a Pasta tem adotado como referência instrumentos congêneres.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição de veículos proporcionará uma série de benefícios institucionais, operacionais, econômicos e estratégicos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), conforme detalhado a seguir:

12.1.1. Fortalecimento da capacidade operacional nas Superintendências: Garante autonomia de deslocamento para as equipes técnicas nas 27 Superintendências Regionais, sobretudo em áreas rurais, de difícil acesso e sem infraestrutura viária adequada.

12.1.2. Segurança e adequação técnica: Os novos veículos terão configuração técnica compatível com as exigências do trabalho de campo 4x4, cabine dupla, motor a diesel, resistência a terrenos irregulares), oferecendo segurança aos servidores e melhor desempenho.

12.1.3. Continuidade e agilidade nas ações finalísticas: A disponibilidade imediata e exclusiva de veículos em cada unidade regional garante resposta ágil às demandas do campo, incluindo ações de fiscalização, apoio técnico, visitas a comunidades e execução de programas de desenvolvimento rural.

12.1.4. Racionalização de recursos e patrimônio: Os veículos adquiridos passam a integrar o ativo patrimonial do órgão, com possibilidade de uso prolongado, amortização ao longo do tempo e controle direto de utilização.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem tomadas pela Administração.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Este processo está embasado conforme orientações legais da Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU, setembro de 2023.

14.2. Com a aquisição de novos veículos, os possíveis impactos ambientais são:

a) Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): Substituição de veículos antigos por modelos mais modernos e menos poluentes.

b) Eficiência Energética: Maior rendimento quilômetro por litro em comparação a modelos antigos.

c) Redução da Poluição do Ar: Cumprimento das normas ambientais vigentes de controle de emissões veiculares.

d) Redução do Ruído: Redução da poluição sonora nas áreas urbanas e rurais atendidas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara que a presente contratação é viável, com base na justificativa apresentada, e que os requisitos estabelecidos são adequados para dar continuidade regular ao processo.

15.2. Esta equipe de planejamento declara, ainda, que o Estudo Técnico Preliminar não terá caráter sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LOUISE GABRIELLA CLEMENTE MONTALVAO NERI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 16:51:32.

LUCAS RABELO SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 15:34:28.